

CONTABILIDADE GERENCIAL: A IMPORTÂNCIA E SUA APLICABILIDADE PARA UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Diego Silva Souza¹

André Santos Neves²

Joenison Batista da Silva³

Ciências Contábeis



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Cada vez mais tem aumentado no Brasil o número de pessoas que buscam regulamentar suas atividades com a abertura de uma empresa classificada como Microempreendedor Individual (MEI), por se tratar de uma categoria que possui diversos incentivos para sua abertura e isenções quanto a prestações de registros e demonstrativos contábeis ao fisco. Muito embora esta também seja uma categoria que possui a maior taxa de mortalidade e encerramento das atividades, especialmente considerando eventualidades sazonais que agravam os negócios como a situação preocupante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) onde diversos empresários tiveram suas atividades impactadas pela falta de insumos e da demanda em si. Contudo a maior dificuldade da categoria reside na visualização da importância da contabilidade gerencial e da figura do profissional contábil para a sobrevivência e desenvolvimento de sua empresa, partindo da justificativa de estarem dispensados de registros detalhados em livros fiscais e contábeis para elaboração de demonstrativos ou de rigoroso planejamento tributário, o que pode ser considerado um erro grave de gestão. Em virtude disso o presente estudo tem como objetivo compreender como o microempreendedor dialoga com as tecnologias contábeis gerenciais frente às dificuldades para a categoria no cenário econômico de 2022 e visando a competitividade do mercado. Com esse intuito, foi realizado pesquisas de revisão bibliográficas e um estudo de caso realizado junto a uma empresa enquadrada como MEI, possibilitando assim evidenciar a necessidade de utilização das ferramentas gerenciais em seus diversos processos, bem como a necessidade do profissional contábil no suporte à tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE

Controle. Custos. Ferramentas. Informação. Microempreendedor.

ABSTRACT

In Brazil, the number of people who seek to regulate their activities by opening a company classified as MEI (Microempreendedor Individual) has been increasing, because it is a category that has several incentives for its opening and exemptions regarding the provision of records and accounting statements to the tax authorities. However, this is also a category that has the highest mortality rate and closure of activities, especially considering seasonal eventualities that aggravate the business as the worrying situation of the new coronavirus pandemic (COVID-19) where several entrepreneurs had their activities impacted by the lack of inputs and demand itself. However, the greatest difficulty of the category lies in the visualization of the importance of management accounting and the figure of the accounting professional for the survival and development of their company, starting from the justification of being exempted from detailed records in fiscal and accounting books for the preparation of statements or rigorous tax planning, which can be considered a serious management error. In view of this, the present study aims to understand how the microentrepreneur dialogues with managerial accounting technologies facing the difficulties for the category in the economic scenario of 2022 and aiming at market competitiveness. To this end, it was conducted literature review research and a case study carried out with a company framed as MEI, thus enabling evidence of the need for use of management tools in its various processes, as well as the need for the accounting professional in supporting decision making.

KEYWORDS

Control. Costs. Information. Microentrepreneur. Tools.

1 INTRODUÇÃO

Sempre foi um grande desafio para as empresas de menores portes estarem competindo em igualdade frente às grandes empresas, e muito disso se deve a maneira com que elas se organizam para lidar tanto com possíveis imprevistos do dia a dia quanto para trabalhar com o uso e tratamento da informação contábil e assim poder se utilizarem melhor dessa aliada para tomarem as suas decisões.

Isto se torna um agravante ainda maior quando se considera o Microempreendedor Individual, onde a Lei Complementar nº 128 (Brasil, 2008) lhe proporciona artifícios e algumas condições favoráveis quanto a sua abertura, formalização, exigi-

bilidade de seus demonstrativos e tributação. No entanto, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2019), apesar da legislação dispensar o Microempreendedor Individual (MEI) de efetuar os registros contábeis, existem algumas ações que são mais complexas, principalmente, em relação à contratação de funcionários. O MEI não tem a obrigatoriedade de manter vínculo com profissional da contabilidade, ou ter livro caixa, esse entendimento é baseado no Código Civil, Lei 10.406 (Brasil, 2002) – artigo 1.179, § 2º e artigo 970, bem como nos artigos 68 e 18-A, § 1º, da Lei Complementar nº 123 (Brasil, 2006)

Contudo, devido à isenção de taxas e gastos relacionados à abertura e regularização da atividade e a isenção da Contribuição Patronal Preferencial (quando ocorre a contratação de um funcionário), pode acabar com que muitas vezes esses Microempreendedores não identifiquem a necessidade de um estudo de sua situação gerencial com maior propriedade; seja por vezes por acreditarem que isto significaria apenas um maior acúmulo burocrático sem qualquer necessidade para bons resultados, ou por serem estes uma parcela da população que é leiga frente a importância de visualizar a contabilidade gerencial como uma fonte de informação.

Neste contexto, de acordo com Marion e Ribeiro (2018) uma das principais finalidades da contabilidade gerencial é a de suprir colaboradores e os gestores do negócio ou entidade em questão, informações que possibilitem tomar decisões para reduzir custos, aumentar a eficiência dos processos produtivos e com isso evidentemente melhorar a qualidade de seus produtos e serviços. Com isso emerge o questionamento: como o microempreendedor individual lida com as suas informações gerenciais de seu negócio, visto que ele não é passível das exigências da norma contábil para fins de estar regularizado frente a legislação?

Por conseguinte, o presente estudo fundamenta sua justificativa na busca por elucidar a importância de se conhecer as ferramentas e tecnologias da contabilidade gerencial para o desenvolvimento das pequenas empresas que buscam sobreviver em um oceano de dúvidas e de dificuldades quanto a forma que o microempreendedor pode realizar a gestão de seu negócio com maior segurança e tomar suas decisões, principalmente levando em conta cenários econômicos que não favorecem seu crescimento e se faz cada vez mais necessário uma boa utilização da informação contábil.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral compreender como o microempreendedor dialoga com as tecnologias contábeis gerenciais frente às dificuldades para a categoria no cenário econômico de 2022 e visando a competitividade do mercado. Para tanto, traz como objetivo secundário destacar formas de como a contabilidade gerencial pode ajudar o microempreendedor que não dispõe do conhecimento necessário acerca das ferramentas contábeis gerenciais frente a adversidades do seu dia a dia.

Para que esses objetivos possam ser atingidos, a metodologia a qual será abordada pode ser classificada como bibliográfica e de estudo de caso, na qual busca utilizar-se da revisão bibliográfica de obras de doutrinadores da área de estudo da pesquisa da contabilidade Gerencial e financeira, revisão de leis e artigos prévios que puderam vir a contribuir com a pesquisa, e do estudo de caso de um estabelecimen-

to MEI situado em Aracaju, SE, que tem como atividade fim à comercialização de produtos para a cultura da tabacaria importada, cultura pouca difundida na região e que se viu emergente mesmo tendo dado início as atividades em período pandêmico mas que assim como diversos empresários individuais não tem domínio acerca dos benefícios da informação contábil gerencial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que a informação contábil consiste no levantamento dos dados que compõem uma empresa em um determinado momento financeiramente. Entende-se então que estes dados devem ser fidedignos com a realidade da empresa e de grande confiabilidade. Pois, a partir deles serão construídos os relatórios que servirão de apoio para os gestores na continuidade de seus negócios.

Neste contexto, a informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, notas explicativas, pareceres, laudos, diagnósticos ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação. Outrossim, essas informações devem propiciar revelação suficiente sobre a entidade, munidas de atributos quanto a confiabilidade, a tempestividade (a fim de que possa ser útil em tempo hábil), e a compreensibilidade que garante que a forma que essas informações são colhidas e apresentadas possam ser entendíveis àqueles que farão o uso, bem como da comparabilidade, possibilitando o acompanhamento evolutivo da entidade ao longo do tempo (CRCBA, on-line).

É nesta seara do pensamento contábil que emerge a Contabilidade Gerencial, surgindo da necessidade dos gestores de traçarem uma estratégia a partir de todos os seus dados da atividade empresarial. Por conseguinte, ela se apresenta com uma forma de apresentação mais analítica, buscando traduzir as informações gerenciais numa linguagem mais acessível aos gestores enquanto usuários internos.

Assim, nesta seção serão tratadas as abordagens da contabilidade quando voltada ao usuário interno, evidenciando também as principais ferramentas gerenciais para a tomada de decisão; será discutido conceitos do MEI estudando os principais aspectos dessa classificação, destacando quais as obrigatoriedades compulsórias do Microempreendedor Individual hoje a partir de uma revisão da legislação, por fim será apresentado ainda um levantamento bibliográfico das relações entre MEI e a informação contábil quanto a visualização desta como essencial ferramenta no cotidiano.

2.1 A CONTABILIDADE VOLTADA AO USUÁRIO INTERNO

A Contabilidade Gerencial tem em seu cerne única e exclusivamente a finalidade interna de atender à administração da empresa, com informações úteis, tempestivas e confiáveis para um processo de decisão assertivo do gestor (Iudícibus, 2020). Ou seja, ela vai além dos números preparados de acordo com os princípios contá-

beis, como não requer esse tratamento direto, isso possibilita ao contador ou usuário estruturá-los de maneira que atenda seus objetivos e necessidades (Coronado, 2012).

Dessa forma, a contabilidade gerencial tem suas raízes na contabilidade de custos, e acompanhando a própria evolução das organizações ao longo dos tempos até o mundo contemporâneo, em que a sobrevivência depende cada vez mais das práticas gerenciais, percebe-se assim que ela se desenvolveu ao ponto de se tornar a principal finalidade da gestão de custos (Alves, 2013).

Não obstante a isso, Crepaldi e Crepaldi (2019), ressalta ainda que para se fazer a contabilidade gerencial acontecer é necessário a construção de sistemas de informação contábil gerencial voltados para a escrituração e registro contábil e contabilidade financeira. Em outras palavras, um sistema de informação gerencial, que venha a atender as necessidades de informação dos gestores para administrar suas empresas, esses sistemas de informação têm como principal finalidade:

O uso da informação contábil como ferramenta para administração. É o processo de produzir informação operacional financeira para funcionários e administradores. Deve ser direcionado pelas necessidades informacionais dos indivíduos internos da empresa e orientar suas decisões operacionais e de investimentos. O Sistema de Informação Contábil Gerencial só poderá ser executado de forma eficiente por meio de um sistema integrado de informações contábeis que abrangem tanto os recursos humanos quanto os tecnológicos (Crepaldi; Crepaldi, 2019, p. 17).

Ainda de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2019) esses sistemas de informações contábeis podem ser classificados de três formas: como sistemas para planejamento de gestão, para controle de operações e controle gerencial. Os Sistemas de Apoio às Operações têm como objetivo auxiliar os departamentos e atividades a executarem suas funções operacionais (compras, estoque, produto, vendas, faturamento, recebimentos, pagamentos, qualidade, manutenção, planejamento e controle de produção etc.).

Dessa maneira, seguir-se-á apresentando um panorama das principais ferramentas que devem ser levados em consideração na elaboração de um sistema de informações gerenciais, e como estes podem ser mais bem utilizados pelo microempresário para o planejamento e otimização de seus processos, levando em consideração a produtividade, seus custos, o seu fluxo de caixa e o valor presente de seus ativos patrimoniais a fim de auxiliá-los na tomada de decisões. De acordo Lima *et al* (2020), há cinco ferramentas essenciais utilizadas para o funcionamento adequado da estratégia de contabilidade gerencial, tais como: custeio direto ou variável; fluxo de caixa; custeio por absorção; orçamento e demonstração de resultados.

2.2 MÉTODOS DE CUSTEIO

2.2.1 Método de Custeio Variável ou Direto

Esta ferramenta utilizada para elencar e planejar os custos de uma empresa, denominada custeio variável, também conhecido como Custeio Direto, tem por sua definição, conforme traz Alves (2013), se tratar de um tipo de custeamento que se fundamenta no pressuposto de que os custos fixos são considerados como custos do período, necessários para manter a estrutura da empresa, sejam os produtos fabricados ou não. Assim, pelo método do Custeio Variável, os custos fixos adquirem a mesma classificação dada às despesas, e passa a apropriar apenas os custos variáveis ao produto.

A atribuição dos custos diretos para a formação do preço dos produtos, conforme nos traz Marion (2018, p. 88) pode ser evidenciado com o procedimento de elaboração de um Modelo de demonstração do custo dos produtos vendidos (DCPV), um documento onde são elencados itens referentes a informações patrimoniais e gerenciais e a somatória dos componentes de 1 a 8 nos possibilitaria o conhecimento do total dos custos diretos incorridos na atividade fim do período, conforme podemos observar no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Demonstração do custo do produto vendido

Demonstração do Custo dos Produtos Vendidos
1. Estoque inicial de matérias-primas
2. (+) Compras líquidas de Matérias-primas
3. (=) CUSTO DE MATÉRIAS-PRIMAS DISPONÍVEIS (1+2)
4. (-) Custo de matéria prima não aplicadas na produção
4.1 Estoque final de matérias-primas
4.2 Custo das vendas de matérias-primas
4.3 Subprodutos acumulados no período
4.4 Outros
5. (=) CUSTO DE MATÉRIAS PRIMAS APLICADAS (3-4)
6. (+) Mão de Obra Direta
7. (=) CUSTO PRIMÁRIO (5+6)
8. (+) Outros custos diretos
8.1 Materiais secundários
8.2 Materiais de Embalagem
8.3 Outros Materiais
8.4 Gastos gerais de Fabricação Diretos
9. (=) CUSTOS DIRETOS DE FABRICAÇÃO (7+8)

Fonte: Marion e Ribeiro (2018, p. 49).

Ainda para Marion e Ribeiro (2018) este sistema de custeio direto é de enorme relevância para fins gerenciais pois nos traz a possibilidade do conhecimento da margem de contribuição, ou seja, do montante que cada produto gera de lucro para cobrir custos da mercadoria, despesas totais e margem de lucro.

2.2.2 Método de Custeio por Absorção

No Custeio por Absorção, todos os custos de produção são alocados aos bens ou serviços produzidos, o que compreende todos os custos, independentemente de serem fixos ou variáveis, diretos ou indiretos. Os custos variáveis (e diretos), por meio da apropriação direta, enquanto os custos fixos (e indiretos), por meio de rateios (Alves, 2013, p. 53).

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2019) no Brasil, o sistema de custeio por absorção é adotado pela legislação comercial e pela legislação fiscal. Não é um princípio contábil em si, mas uma metodologia decorrente da aplicação desses princípios. Dessa forma, o método é válido para a apresentação de demonstrações financeiras e para o pagamento do Imposto de Renda.

Se tratando de sua elaboração, o Autor nos proporciona também um panorama de esquematização para a aplicação deste método que consiste em três etapas:

Primeiro, é preciso separar os custos de produto dos custos de período. Segundo os custos diretos de produto são atribuídos aos produtos específicos, enquanto os custos indiretos são atribuídos a centros de custos. Terceiro, os custos indiretos são distribuídos do centro aos produtos de acordo com seu uso. A soma de custos diretos e custos indiretos distribuídos forma o custo do produto (Crepaldi; Crepaldi, 2019, p. 109).

2.3 ORÇAMENTO E FLUXO DE CAIXA

Para Atkinson *et al* (2015) talvez o uso mais amplo das informações de custos seja na preparação do orçamento, esta consiste em uma ferramenta da contabilidade gerencial que projeta ou prevê os custos em vários níveis de produção e atividade de vendas. A importância do Orçamento para planejamento estratégico dá-se pelo estabelecimento de direção da organização para um determinado período orçamentário.

O orçamento é uma ferramenta imprescindível que vai de encontro com as reais necessidades de uma empresa em trabalhar sua gestão de forma prudente, e que tem como sua finalidade:

- comunicar a estratégia em todos os níveis gerenciais, pormenorizando os planos de cada centro de responsabilidade; coordenar as várias atividades da organização, evitando duplicidade de trabalhos;
- definir responsabilidade, autorizar limites de gastos e informar o desempenho que se espera;
- é um instrumento de avaliação, isto é, um contrato ou acordo com os gestores visando aos planos servirem como base para avaliação da performance desses e da empresa (Sardinha 2008 *apud* Crepaldi; Crepaldi, 2019, p. 527).

Nesta concepção é possível ainda subdividir a ferramenta orçamentária em duas principais ênfases, o orçamento de financiamento e o orçamento geral, na qual podemos defini-los segundo Crepaldi e Crepaldi (2019) o orçamento de financiamento como sendo um instrumento que identifica a real necessidade de recursos de terceiros para a concepção de novos investimentos ou ainda de reformulação de estrutura de capital; enquanto que o orçamento geral vem a ser o resumo dos planos de uma empresa onde são fixadas metas específicas de atividades de venda, produção, distribuição e financiamento, e que, regra geral, culmina na elaboração do orçamento do resultado e fluxo de caixa projetado.

Neste contexto, a ferramenta do fluxo de caixa busca fornecer aos usuários da informação contábil, lidos aqui como sendo os gestores das pequenas empresas, informações sobre como a empresa gera e utiliza seu caixa. E, a informação sobre os fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa (Iudícibus, 2018, p. 11).

De acordo com o CPC-03 R2 (CPC, 2010) a denominada Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) deve discriminar os fluxos de caixa da empresa de um determinado período analisado em três classificações, sendo elas:

1. **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.
2. **Atividades de investimento:** são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.
3. **Atividades de financiamento:** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade (CPC, 2010, p. 3).

Os equivalentes de caixa são definidos como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Oyadomari *et al.*, 2018, p. 12). Para melhor compreensão sobre a organização de uma demonstração de fluxo de caixa, o autor citado traz também um panorama de forma simplificada de seus principais componentes como pode-se perceber no Quadro 2 a seguir; cabendo observar que o resultado (variação do saldo de caixa) é obtido pela soma algébrica dos componentes, em que entradas de caixa são computadas com sinal positivo e saída com o sinal negativo.

Quadro 2 – Demonstração do fluxo de Caixa

Recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a funcionários, pagamentos a prestadores de serviços, pagamento ao governo (encargos sociais e impostos sobre vendas e sobre renda.	Fluxo de Caixa das Operações +
Recebimentos por vendas de ativos imobilizados, participações societárias, resgates de aplicações financeiras, pagamentos por aquisição de imobilizado, participações societárias, aplicações financeiras, recebimentos de dividendos.	Fluxo de Caixa de Investimentos +
Transações financeiras com acionistas Aporte de capital, redução de capital em espécie, pagamento de dividendos. Transações financeiras com bancos Empréstimos obtidos, pagamentos de empréstimos.	Fluxo de Caixa de Financiamentos =
TOTAL	Variação do Saldo de Caixa

Fonte: Adaptado de Oyadomari *et al.* (2018, p. 12).

2.4 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Por fim, chega-se ao que pode ser definido como o fator de maior relevância para muitos gestores por ser de fundamental importância para avaliar o seu desempenho em determinado período, o resultado.

Esse resultado é obtido pela diferença entre as receitas obtidas e as despesas realizadas durante o período, podendo resultar em lucro (Receita > Despesa) ou em prejuízo (Receita < Despesa). A demonstração contábil que apresenta a apuração de resultados é a Demonstração de Resultados do Exercício – DRE (Oyadomari *et al.*, 2018, p. 8).

Este relatório que compõe a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) (juntamente com balanço patrimonial) é obrigatório para todas as empresas conforme aborda o CPC-26 R1 (CPC, 2011), exceto o MEI, mas deve ser levado em consideração que sua justificativa de elaboração vai além de mero cumprimento de exigências fiscais e contábeis. Este demonstrativo é um aliado poderoso do empreendedor pois, como já tratado aqui, ele demonstra o resultado líquido e a verdadeira situação operacional de uma empresa confrontando suas despesas e receitas e quando utilizamos essa informação para o controle gerencial, podemos avaliar a desenvoltura da saúde de um negócio, e com isso, usar dessa informação na tomada de decisões, reduzindo seus gastos e buscando maior faturamento.

Quanto à conceituação de receitas e despesas, Iudícibus (2018) trata as receitas como sendo aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sejam

elas sob a forma de entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam no aumento do patrimônio líquido; enquanto que as despesas, em contrapartida, vem a ser decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimos do patrimônio líquido.

O Quadro 3 que nos traz um modelo de declaração do resultado do exercício simplificada da DRE que atende necessidades de informação para o desenho do desempenho de uma empresa na situação em que esse relatório não seja obrigatório, para identificar todas as informações que devem compor a DRE cabe consultar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26R1 - apresentação das demonstrações contábeis.

Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício

Receita Bruta de Vendas
(-) Impostos sobre vendas
(-) Devoluções de vendas
(=) Receita de venda líquida de impostos (<i>Net Sales</i>)
(-) Custo dos produtos vendidos - Mercadorias vendidas ou Serviços prestados
(=) Lucro Bruto (<i>Gross profit</i>)
(-) Despesas com vendas (<i>Selling</i>)
(-) Despesas gerais e administrativas (<i>General and Administrative</i>)
(=) Lucro Operacional antes das Receitas e Despesas Financeiras (<i>Earnings Before interest and taxes - EBIT</i>)
(+) Resultado Financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social
(-) Imposto de renda e Contribuição Social
(=) Lucro Líquido do Exercício

Fonte: Adaptado de Oyadomari *et al.* (2018, p. 8).

3 DISCUSSÕES

Conforme aponta Souza (2017 *apud* Correa; Marques, 2018), o microempreendedor Individual é conceituado como o indivíduo autônomo e que tem registro de pequeno empresário. A formalização do MEI foi efetivada a partir da Lei Complementar nº 128 (Brasil, 2008), na intenção de fornecer amparo legal e segurança jurídica àqueles que exerciam trabalhos informais. A atividade desenvolvida pode possuir faturamento máximo anual de R\$ 81 mil e o empreendedor poderá contratar somente um funcionário.

Dessa maneira, segundo a Legislação Brasileira, o Microempreendedor Individual enquadra-se na tributariamente no simples nacional, e graças aos dispositivos legais, é dispensado de diversos registros em livros contábeis e apresentação de re-

latórios e demonstrativos fiscais, porém é necessário ainda a prestação de algumas obrigações acessórias. Se tratando das obrigações fiscais e contábeis de um MEI.

Contudo, segundo Souza (2017 *apud* Correa; Marques, 2018) o empresário deve pagar o guia de Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAE), emitir nota fiscal no caso de vendas e prestações de serviços para outras empresas, emitir o relatório mensal de receitas e prestar informações do funcionário (Previdência Social e FGTS).

O MEI que tiver empregado deve gerar a Guia do FGTS e Informações à Previdência (GFIP), por meio do sistema chamado Conectividade Social da Caixa. Para cumprir essa obrigação ele deverá contratar um contador, devido à complexidade que o sistema traz para o envio das informações, emissão de guias, reprocessamento de guias com uma tabela de atualização de juros (para casos de aplicação de multa e juros por não pagamento da guia no prazo) (Butignon, 2021, p. 27).

A respeito da forma de Tributação do Microempreendedor, Butignon (2021) destaca ainda que o MEI está enquadrado num regime na modalidade mais simplificada dentro do Simples Nacional, denominado SIMEI. Tal regime tributário possui uma tributação diferenciada, na qual o empresário paga um valor fixo de impostos e não um percentual sobre seu faturamento como ocorre nas outras modalidades de tributação. Podemos incluir nesse imposto a contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – para cobertura previdenciária, o Imposto sobre Serviços (ISS) – quando a atividade for de serviços, e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – quando a atividade for de comércio e indústria. O MEI está isento de tributos federais.

3.1 O MEI E A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

É evidente a necessidade da presença da contabilidade para as empresas de todos os portes, e ainda que muitos no Brasil hoje pensem o contrário, isso também se aplica ao microempreendedor individual, uma vez munido de informações fidedignas de um eficiente sistema de informações gerenciais o empresário passa a ter controle maior do rumo de seu negócio e tomar decisões mais assertivas. Além disso, a falta de informação contábil pode acarretar danos e riscos para o andamento dos negócios uma vez que o microempresário precisa de informações fiscais e tributárias, mas não somente isso, é utilizado para formalizar esse novo empreendedor onde ele é incluído na política de previdência e a partir disso ele saberá todas suas obrigações e deveres sobre seu novo negócio (Amorim; Cardoso, 2021 *apud* Fermin 2021).

Em todo modo, é nítido o quanto é imprescindível o acompanhamento do contador no cotidiano do microempreendedor, é possível destacar inúmeras questões nas quais o profissional da contabilidade vem ao auxílio do pequeno empresário neste segmento, tais como:

poupar-lhe tempo de ação ao permitir que o empresário tenha foco em sua atividade, contribuição para o melhor desempenho do trabalho por possibilitar a organização dos documentos fiscais, realização de cálculos de salários e benefícios caso ocorra alguma contratação, bem como auxílio na gestão tributária para evitar cobrança excessiva de tributos, como também para o reenquadramento, caso ultrapasse a categoria de faturamento prevista para o Microempreendedor Individual (MEI) (Sustenere, 2019 *apud* Lima *et al.*, 2020, p. 4-5).

É possível notar então que ainda que o microempreendedor seja dispensado de registros de escrituração e prestações de relatórios financeiros junto ao fisco, a presença do profissional da contabilidade no seu dia a dia não se faz dispensável, especialmente quando se tem perspectivas de crescimento do seu negócio acarretando lidar com processos cada vez mais complexos.

Conforme apontam Domingos e Moura (2014, p. 4), a contabilidade gerencial pode ser lida como um sistema de informação cujo objetivo é o de suprir a entidade com informações não só de natureza econômica, patrimonial, financeira, física e de produtividade, mas também com outras informações de natureza operacional, para que possam auxiliar os administradores nas suas tomadas de decisões.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Sebrae (2020), "Sobrevivência de empresas", os microempreendedores individuais (MEI) são os que apresentam a maior taxa de mortalidade em até cinco anos. o estudo foi realizado com base em dados da Receita Federal e com pesquisa de campo, a taxa de mortalidade de microempreendedores individuais é de 29%. Já as microempresas têm uma taxa de mortalidade, após cinco anos, de 21,6% e as de pequeno porte, 17%.

Muitos fatores são inerentes para que se tenha como resultado esses indicadores de mortalidade tão elevados nessa categoria, principalmente quando considera-se os últimos acontecimentos impulsionados pela pandemia do Coronavírus, na qual no Brasil, no dia 6 de fevereiro de 2020, foi decretada a lei de nº 13.979 (Brasil, 2020) que determina as medidas adotadas pelo governo brasileiro referente ao enfrentamento ao Covid-19, impondo o isolamento social e a quarentena, resguardando apenas os serviços públicos e atividades essenciais, como supermercados, farmácias e padarias acarretando dificuldades para pequenas empresas.

Contudo, a não expertise e a incapacidade de associação da organização da gestão com os fatores gerenciais fundamentais para um planejamento de sucesso para sobrevivência de uma empresa com base na captação de informações perdura em ser a curto e longo prazo causa determinante de encerramento de atividades de micro e pequenas empresas, a causa disso, de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2019), é devido não estarem munidas dessas informações gerenciais, e acabam pecando quanto a tomada de decisão e conseqüentemente na obtenção de vantagem competitiva em seus seguimentos.

Muitas empresas não estão obtendo essas vantagens competitivas por meio dos sistemas de custeio aprimorados. Isso se deve a falhas na administração, com administradores não preparados para uma era tecnológica complexa, com competição globalizada, em que a rapidez, a qualidade e o desempenho são essenciais para o sucesso da empresa. Esses administradores não dispõem ainda de informações apropriadas e específicas que orientem e/ou influenciem suas decisões estratégicas sobre processos, produtos, serviços e clientes (Crepaldi; Crepaldi, 2019, p. 12)

3.2 DADOS DA PESQUISA

Foi realizado, partindo dos procedimentos acerca da formação de preço do produto e análise de resultado, um levantamento de dados com a colaboração de um estabelecimento enquadrado como microempreendedor individual, A Semilla Tabacaria, uma empresa recente que se viu emergente durante este período pandêmico e que também lida diariamente com os desafios aqui tratados da categoria.

O enfoque foi dado a respeito dos custos para formação de preço tendo como base um de seus produtos de maior rentabilidade, e o intuito do estudo partiu do pressuposto de analisar o processo do gestor na formação do preço, buscando compreender seu processo analítico de seu sistema de informações e como seus custos são aplicados na formação do preço a fim de identificar o método de custeio utilizado e a partir de uma demonstração de resultados, evidenciar se o preço formado estaria suprimindo estes gastos baseado nos estudos realizados e o lucro gerado, assim fazendo uma análise geral do alinhamento do estabelecimento com as ferramentas gerenciais.

O produto analisado foi o *Tabaco Sasso Hash Destalado Golden Virginia Blend*, cada unidade possui 25G, foram obtidas as seguintes informações, evidenciadas na Tabela 1, sobre a compra do produto no mês de abril/2022.

Tabela 1 – Dados levantados – abril 2022

	Qd. / Valor
Caixas/lotes adquiridos	5 Cxs.
Unidades por caixa/ote	6 und.
Custo Unitário	R\$ 9,50
Frete	10%
Margem de lucro	40%
Preço de Venda	R\$ 22,00

Fonte: Coletados pelo autor (2022).

A partir destes dados elaborou-se um demonstrativo dos custos do produto vendido (DCMV), evidenciado na Tabela 2, considerando que o estoque inicial dessa mercadoria é zero, pois foi dada baixa desse estoque em março pela venda total dele, levando à solicitação de novo estoque.

Tabela 2 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidos – abril 2022

1. Estoque inicial de mercadoria	R\$ 0,00
2. (+) Compras de mercadorias	R\$ 285,00
3. (=) ESTOQUE DE MERCADORIA DO PERÍODO	R\$ 285,00
4. (-) Estoque Final de Mercadorias	R\$ 0,00
5. Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 285,00

Fonte: Coletados pelo autor (2022).

Os custos fixos e indiretos como aluguel e energia do estabelecimento somados são de R\$ 2.000,00. Porém não são alocados ao preço do produto diretamente, o rateio é levantado para fins gerenciais para determinação da contribuição por produto, tendo como critério para dividir esse custo entre seus produtos o rateio com base no faturamento por produto. Para o tabaco esse rateio é de R\$ 1,00 por unidade, compreende-se então que apenas os custos variáveis e diretos aqui destacados são utilizados no processo da formação do preço, mas os custos fixos e indiretos são considerados para o controle gerencial.

3.3 CONFRONTAMENTO DE DADOS

A ferramenta de custeio variável conforme explicado, é um método não aceito pela legislação e que pode ser usado apenas para fins gerenciais, sendo este o principal enfoque do estudo até então. A fim de ser propiciado um confronto dos dados levantados da empresa analisada com o estudo realizado acerca das ferramentas da contabilidade gerencial a pesquisa buscou elaborar uma demonstração de resultado variável (evidenciada na Tabela 3), a fim de evidenciar como a contabilidade gerencial pode auxiliar o gestor ou ainda se de fato o mesmo está alinhado com informações que suprem os custos dessa atividade.

Tabela 3 – Demonstração de Resultado Variável – abril 2022

Receita (Qt.V. x P.V.)	R\$ 660,00
Custo Variável das Unidades Vendidas (Qt.V. x CVU)	R\$ 285,00
Despesa Variável das Unidades vendidas (Qt.V. x DVU)	R\$ 28,50
Margem de Contribuição (receita - CV - DV)	R\$ 346,50
Gastos Fixos (CF+DF)	R\$ 2.000,00
Gastos Fixos das Unidades Vendidas	R\$ 30,00
Lucro Operacional por Produto Vendido (M.C. - G.F.U)	R\$ 316,50

Fonte: Coletados pelo autor (2022).

A partir das informações obtidas podemos constatar que o gestor tem uma preocupação com que o preço do produto seja formulado de uma maneira que considere os custos variáveis e diretos, mas que também contribua os custos fixos, porém a pesar de seu sistema de informações lhe propiciar uma margem sobre como realizar

essa abordagem, a partir dos estudos com dados fidedignos levantados com o gestor, observamos que o lucro operacional (R\$ 316,50) chega a aproximadamente 48% da receita com a venda do produto (R\$ 660,00), sendo que a informação que o gestor havia de seu sistema era uma estimativa de 40%, a pesar de a princípio parecer uma diferença pífia, informações mais fidedignas propiciam maior segurança para tomadas de decisões importantes como na hora de tomar um empréstimo, fazer investimentos com base nas entradas e saídas de caixa etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar, com os dados obtidos da empresa estudada, que ao utilizar de ferramentas da contabilidade gerencial, como o método de custeio variável para formação de preço e o critério de rateio para fins gerenciais, a empresa está alinhada com os benefícios que estas ferramentas propiciam aos seus usuários. Visto que, a empresa em questão, possui um controle de seu negócio munido de dados fidedignos obtidos de um sistema de informação gerencial que lhe propicia tomar decisões fundamentais, como por exemplo avaliar manter as vendas de determinado produto ou deixar de vendê-lo, considerando o retorno obtido com essa atividade após a cobertura dos custos variáveis do produto e sua contribuição aos custos fixos, analisada por meio da margem de contribuição.

Outrossim, sabe-se que a formalidade como Microempreendedor Individual tem se mostrado uma saída para diversos autônomos que buscam regularizar as suas atividades, porém estes se encontram diariamente tendo que lidar com os desafios de gestão, captação de clientes, concorrência, e diversos fatores que quando não se dispõe de sistemas de informações de dados fidedignos, qualitativos e tempestivos, acaba por dificultar ainda mais a sobrevivência dessas empresas.

Diante disso, conclui-se que a contabilidade gerencial e suas ferramentas proporcionam para o microempreendedor uma maior eficiência na gestão de seus recursos financeiros e ressalta, sobretudo, a importância crucial do acompanhamento e consultoria do profissional da contabilidade. Pois ainda que seja uma categoria com diversos incentivos e benefícios de isenção, existem fatores burocráticos de formalização onde é preciso o acompanhamento, como por exemplo quanto a contratação de funcionário. Dessa maneira, tal acompanhamento pelo profissional da contabilidade é imprescindível quanto da implantação das ferramentas gerenciais aqui estudadas e demonstradas para o auxílio na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Revson Vasconcelos. **Contabilidade gerencial**: livro texto com exemplos, estudos de caso e atividades práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

ATKINSON, Anthony A.; KAPLAN, Robert S.; MATSUMURA, Ella Mae; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade gerencial - informação para tomada de decisão e execução da estratégia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

BUTIGNON, Rosemeire L. **MEI - como formalizar e gerenciar empresas**. São Paulo: Expressa, 2021.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília: CFC, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 13 maio 2022.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Brasília: CFC, 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 22 maio 2022.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORREA, Gabriela Ribeiro; MARQUES, Vagner Antônio. Adoçando a vida dos microempreendedores: uma análise do processo de formação de preços utilizado pelos fabricantes de bombons em Vitória/ES. Congresso Brasileiro de Custos, 25, 2018. **Anais [...]**, Vitória – ES, 2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4463/4464>. Acesso em: 13 maio 2022.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade gerencial - teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRCBA – Conselho Regional de Contabilidade da Bahia. **Contabilidade Geral - características da informação contábil**. Disponível em: <http://www.crcba.org.br/boletim/edicoes/carac.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DOMINGOS, J. N. G.; MOURA, F. V. Fatores que afetam o conhecimento do microempreendedor individual marianense sobre a legislação tributária. XVII Seminários em Administração – SEMEAD, 17, 2014. **Anais [...]**, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/519.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

FERMIN, Joyce Suziane Gomes *et al.* A Contribuição do Contador para o Microempreendedor Individual. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano. 6, 10. ed., v. 3, p. 145-163, out. 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/contribuicao-do-contador>. Acesso em: 13 maio 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial: da teoria à prática**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.

LIMA, Bruna Matos de Souza; CASTOR, Viviane Roberta; COSTA, Elaine Doro Mardegan. Contabilidade gerencial como ferramenta de gestão para o crescimento dos Microempreendedores Individuais (MEI). **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 5, 10. ed., v. 1, p. 14-28, out. 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/microempreendedores-individuais>. Acesso em: 13 maio 2022.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução a contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu; NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça; DULTRA-DE-LIMA, Ronaldo Gomes; NISIYAMA, Edelcio Koitiro; AGUIAR, Andson Braga de. **Contabilidade gerencial-ferramentas para melhoria de desempenho empresarial**. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O contador e MEI**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/o-contador-e-o-mei,5cfca442d2e5a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 9 abr. 2022.

Data do recebimento: 8 de novembro de 2023

Data da avaliação: 24 de novembro de 2023

Data de aceite: 24 de novembro de 2023

1 Doutorando em Ciências da Propriedade Intelectual pelo PPGPI-UFS, Mestre em Ciências Ambientais pelo PROF-CIAMB UFS (2018), Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Tiradentes (2017), Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes (2009), possui Especialização *latu sensu* em: Matemática Financeira e Estatística (2022), Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (2021), e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário (2011). Atualmente é Professor da Universidade Tiradentes lotado na Coordenação de Ciências Contábeis, membro do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Ciências Contábeis (Presencial e EAD) e Coordenador Pedagógico de Ciências Contábeis (Presencial e EAD). - souza_ds@outlook.com.br

2 Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes. - andre.neves@souunit.com.br

3 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe (2015), Mestrado em Administração (Gestão de Negócios) pelo programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Sergipe - PROPADM/UFS, vinculado à linha de pesquisa "Empreendedorismo e Pequenas Empresas" e Especialização em Gestão Contábil e Tributária pela Faculdade Dom Alberto Ltda (2019). Desempenha atualmente pesquisas ligadas aos aspectos cognitivos dos empreendedores de empresas Startups do Nordeste Brasileiro, bem como desenvolve estudos voltados para o campo das Finanças Comportamentais. Possui experiência profissional na área fiscal, tendo atuado com a apuração fiscal de empresas enquadradas no Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido. Atuou como Professor Substituto da Universidade Federal de Sergipe - UFS entre 2018 e 2020, lecionando as disciplinas de Controladoria, Perícia Contábil e Noções de Atuária. Lecionou nos cursos de Administração e Gestão de RH da Faculdade São Luís de França entre 2020 e 2021. Atuou como coordenador dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Estácio de Sergipe. Atualmente é Coordenador Operacional do Curso de Ciências Contábeis e dos Cursos Tecnólogos em Gestão da Universidade Tiradentes. - joenison_batista@unit.br